

**O COOPERATIVISMO E SUAS PRIORIDADES INTERNACIONAIS
E NACIONAIS NAS PERSPECTIVAS DO SEU FORTALECIMENTO E
DOS ODS**

**COOPERATIVISM AND ITS INTERNATIONAL AND NATIONAL
PRIORITIES FROM THE PERSPECTIVES OF ITS STRENGTHENING
AND THE SDG**

**EL COOPERATIVISMO Y SUS PRIORIDADES
INTERNACIONALES Y NACIONALES DESDE LA PERSPECTIVA DE SU
FORTALECIMIENTO Y DEL ODS**

Recebido em: 30 de Novembro de 2020

Aprovado em: 18 de Dezembro de 2020

Avaliado pelo sistema double blind review

Editoria Científica: Dr. Alexandre Garcia, Dra. Cinara Neumann Alves, Dr.

Deivid Ilecki Forgiarini

Pedro Luís Buttenbender - pedrolb@unijui.edu.br- UNIJUÍ

Ariosto Sparemberger- ariosto@unijui.edu.br- UNIJUÍ

Daniel Knebel Baggio- baggiod@unijui.edu.br- UNIJUÍ

Nelson José Thesing- nelson.thesing@unijui.edu.br- UNIJUÍ

Juliana Da Fonseca Capssa Lima Sausen- jucapssa@gmail.com

RESUMO

Este artigo versa sobre o cooperativismo a partir das prioridades e desafios para os avanços na intercooperação e internacionalização, visando seu fortalecimento e contribuir com o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS. O objetivo focaliza prioridades internacionais e nacionais do cooperativismo nas perspectivas do seu fortalecimento e os ODS. Metodologicamente, a pesquisa é fundamentada, quanto aos fins, como estudo exploratório, descritivo e de campo, e quanto aos meios, é de natureza quali-quantitativa, bibliográfica, documental e participante. A análise e sistematização dos dados foi orientada pelos fundamentos conceituais, conteúdos coletados e objetivos delimitados na pesquisa. O cooperativismo, pela sua natureza e funcionamento, fundamentos, princípios, valores, crenças, legislação e segmentos, se constitui em movimento, estratégia, instrumento e estrutura de promoção da inclusão social e econômica, e tem investido na qualificação de seus quadros dirigentes e de gestão, aprimorando

tecnologias e métodos de gestão e governança com vistas ao seu fortalecimento, melhor alcance dos ODS e desenvolvimento da sociedade. As cooperativas pela sua natureza, enquanto organizações constituídas por pessoas, assumem uma dinâmica de crescimento e fortalecimento dos processos de desenvolvimento harmônico, mais equilibrado, da sociedade. E em ambientes de crise, fazendo das cooperativas uma de suas oportunidades, estas confirmam a sua missão maior de promover o desenvolvimento sustentável dos seus membros, da sociedade e do território.

Palavras-chave: cooperativismo, gestão de cooperativas, intercooperação, ODS, desenvolvimento.

ABSTRACT

This article deals with cooperativism based on the priorities and challenges for advances in intercooperation and internationalization, aiming at strengthening and contributing to the achievement of the Sustainable Development Goals - SDGs. The objective focuses on the international and national priorities of cooperatives in the perspective of their strengthening and the SDGs. The research methodologically is based on the purposes as an exploratory, descriptive and field study, and on the means, of a quali-quantitative, bibliographic, documentary and participatory nature. The analysis and systematization of the data was guided by the conceptual foundations, collected content and the objectives defined in the research. Cooperatives, due to their nature and functioning, foundations, principles, values, beliefs, legislation and segments, constitute a movement, strategy, instrument and structure to promote social and economic inclusion, have invested in the qualification of their management and management, improving management and governance technologies, methods with a view to strengthening and better reaching the SDGs and the development of society. Cooperatives by their nature, as organizations made up of people, assume a dynamic of growth and of strengthening the processes of harmonious and more balanced development of society. And in crisis environments, making them one of their opportunities, cooperatives confirm their greater mission of promoting the sustainable development of their members, society and the territory.

Keywords: cooperativism, cooperative management, intercooperation, SDG, development.

RESUMEN

Este artículo aborda el cooperativismo a partir de las prioridades y desafíos para los avances en la intercooperación y la internacionalización, con el objetivo de fortalecer y contribuir al logro de los Objetivos de Desarrollo Sostenible - ODS. El objetivo se centra en las prioridades internacionales y nacionales de las cooperativas en la perspectiva de su fortalecimiento y los ODS. La investigación se fundamenta metodológicamente en los propósitos como estudio exploratorio,

descriptivo y de campo, y en los medios, de carácter cuali-cuantitativo, bibliográfico, documental y participativo. El análisis y sistematización de los datos estuvo guiado por los fundamentos conceptuales, el contenido recolectado y los objetivos definidos en la investigación. Las cooperativas, por su naturaleza y funcionamiento, fundamentos, principios, valores, creencias, legislación y segmentos, constituyen un movimiento, estrategia, instrumento y estructura para promover la inclusión social y económica, y han invertido en la calificación de su personal directivo y directivo. , tecnologías y métodos de gestión y gobernanza mejorados con miras a fortalecerlos, alcanzar mejor los ODS y desarrollar la sociedad. Las cooperativas por su naturaleza, como organizaciones integradas por personas, asumen una dinámica de crecimiento y de fortalecimiento de los procesos de desarrollo armónico y más equilibrado de la sociedad. Y en entornos de crisis, convirtiéndolos en una de sus oportunidades, las cooperativas confirman su mayor misión de promover el desarrollo sostenible de sus socios, la sociedad y el territorio.

Palabras clave: cooperativismo, gestión cooperativa, intercooperación, ODS, desarrollo.

1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo está vivenciando novas dinâmicas no âmbito da governança, sustentabilidade e resultados, alavancando o desenvolvimento econômico e social dos seus membros e das regiões onde atua. Sem deixar de vivenciar, reconhecer e investir na superação dos seus desafios atuais e futuros, o cooperativismo cresce e se fortalece, sendo visto e reconhecido como sistema, estratégia, movimento, organização, sociedade de pessoas, organizações jurídicas com objetivos mais amplos do que apenas gerar lucros e promover a reprodução e acumulação do capital.

O cooperativismo, a administração, a governança cooperativa e o desenvolvimento, com publicações que exploram os temas especificamente – como em Büttenbender (2010a, 2010b, 2011, 2017) e Büttenbender et al. (2017a, 2017b) e trabalhos realizados isoladamente – apresenta projetos que buscam explorar de forma combinada, integrada e inter-relacionada estes temas. As abordagens são disciplinares, abrangendo áreas do conhecimento, tais como humanas, políticas, econômicas, sociais, tecnológicas, ambientais e da gestão. Porém, agrega-se a relevância de abordagens inter e transdisciplinares, permitindo um entendimento multidisciplinar, demonstrando que o cooperativismo é mecanismo promotor da inclusão social, da igualdade e equidade humana, da democracia, da justiça social, da solidariedade, da ajuda mútua, do empreendedorismo coletivo e da promoção do desenvolvimento dos seus membros e da sociedade.

O cooperativismo tem se apresentado, na sociedade pós-moderna, como uma forma inovadora de organização social e econômica, gerando oportunidades de trabalho e geração de renda, promovendo a distribuição mais igualitária e equitativa do poder e da renda. Deste modo, o cooperativismo tem assumido formas e papéis cada vez mais importantes e decisivos, inclusive em ambientes e períodos de crise. Enquanto organização de pessoas, e não de capital, a cooperativa tem nas dimensões social e econômica uma de suas referências de organização. Com

suas raízes vinculadas aos primórdios da própria organização humana, a sobrevivência, fortalecimento e o desenvolvimento do cooperativismo ao longo do tempo têm protagonizado enquanto sistema, a coordenação e implantação de políticas públicas e/ou privadas, assumindo profundas interfaces com o desenvolvimento dos estados-nação e outros dimensionamentos geograficamente multiescalares e/ou subnacionais, constituindo-se em uma dinâmica de governança cooperativa para o desenvolvimento territorial.

Com base em tais aspectos, o objetivo deste artigo focaliza as prioridades internacionais e nacionais do cooperativismo nas perspectivas do seu fortalecimento e os ODS. Os objetivos específicos são delimitados em: a) referenciar e contextualizar o cooperativismo; b) dimensionar quantitativa e qualitativamente as organizações cooperativas nos âmbitos estadual e nacional e em algumas dimensões internacionais; c) mapear e descrever as prioridades do cooperativismo por meio de órgãos de representação e organismos de pesquisa, fomento e apoio; e d) indicar proposições estratégicas que contribuam com o seu fortalecimento e o alcance dos ODS.

Em termos metodológicos, o estudo é fundamentado, quanto aos fins, como estudo exploratório, descritivo e de campo. Quanto aos meios, é uma pesquisa de natureza quali-quantitativa, bibliográfica e documental (LAKATOS; MARCONI, 2003; YIN, 2005). A coleta dos dados foi realizada com o levantamento das informações, dados e diagnósticos no âmbito das fontes primárias e secundárias. No que se refere as fontes primárias, foram considerados o levantamento de informações e dados junto às cooperativas e seus órgãos de representação, destacando SESCOOP/RS, OCB, UNICAFES NACIONAL e UNICAFES RS, federações de representação cooperativa, cooperativas singulares e cooperativas de segundo grau. Foram consideradas, ainda, entrevistas realizadas com agentes e lideranças cooperativas, utilizando instrumentos semiestruturados em conformidade com os objetivos da pesquisa. Soma-se à metodologia, a técnica de observação direta, na condição dos pesquisadores serem membros de cooperativa e com intensa participação no sistema. Quanto aos dados secundários, estes foram mapeados junto a relatórios, bibliografias, documentos públicos e outros de posse do sistema cooperativo. A sistematização e análise dos dados foram orientadas pelos fundamentos conceituais, conteúdos coletados e os objetivos delimitados na pesquisa.

Desta forma, além desta presente introdução, o artigo se estrutura ainda na apresentação dos resultados da pesquisa, das considerações finais e das referências bibliográficas utilizadas.

2 REERENCIAL TEÓRICO

2.1 COOPERATIVISMO: UMA ANÁLISE CONTEXTUAL

O cooperativismo, e singularmente uma cooperativa, requerem ser entendidos e fundamentados de forma própria e diferenciados pela sua natureza, princípios e objetivos. O cooperativismo é fundamentado por Schneider (1999) como uma doutrina, um sistema, um movimento ou, simplesmente, uma atividade que considera as cooperativas como forma ideal de organização da humanidade,

baseados na economia solidária, democracia, participação, direitos e deveres iguais para todos, sem discriminação de qualquer natureza, para todos os sócios.

Uma cooperativa é delimitada conceitualmente, de acordo com Schmidt e Perius (2003), como uma associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente para atender suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais, por meio de uma empresa coletiva e democraticamente constituída. Büttenbender (1994), por sua vez, afirma que a cooperativa é uma união voluntária de pessoas com a finalidade de satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais, culturais e políticas comuns, por meio de um empreendimento de propriedade coletiva, democraticamente gerido.

Com constituição e funcionamento regidos por legislação própria – Lei 5.764 de 1971 (BRASIL, 2019) – e com a autonomia de constituição e funcionamento reconhecidos pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2016), as cooperativas são orientadas mediante princípios próprios, tais como: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; e interesse pela comunidade. Já como valores, constam: ajuda mútua; responsabilidade própria, democracia, igualdade e equidade, e solidariedade.

As cooperativas diferenciam-se das demais organizações, pois são organizações de pessoas, juridicamente constituídas por pessoas e não por capitais econômicos. Possuem a gestão democrática, pois cada membro tem direito a um voto independente da sua participação econômica. São abertas a novos sócios e suas cotas-partes são intransferíveis a terceiros. Ou seja, os resultados retornam aos seus sócios de forma proporcional às operações na cooperativa. Sem finalidade de lucro, possuem compromisso educativo, econômico e com a sociedade. Esta diferença fundamenta e resulta no Ato Cooperativo que, conforme o art. 79 da Lei nº 5.764/71 (BRASIL, 2019), é praticado entre a cooperativa e seus associados, entre os associados e a cooperativa e por cooperativas associadas entre si, com vistas ao atendimento de suas finalidades sociais.

O cooperativismo apresenta uma trajetória histórico-evolutiva orientada por diversos ciclos históricos e com características próprias nas esferas estadual, nacional e internacional. Possui distintos registros e fundamentos referentes a sua história, sendo que suas raízes históricas reportam aos primórdios da própria organização humana.

Assim, desde a antiguidade são destacadas experiências basilares para as origens e elementos do cooperativismo, com destaque para as antigas civilizações gregas, egípcias e romanas. No que se refere à América Latina e suas influências para a emergência do cooperativismo na Europa em meados do século XIX, cabe destacar as experiências e conceitos do cooperativismo praticados na organização das Reduções Jesuítico-Guaranis nas Américas. As teses e comprovações das origens do cooperativismo nos territórios jesuítico-guaranis na América do Sul são, também, lavradas e comprovadas pelo pesquisador, professor padre jesuíta, Rafael Carbonell de Masy (MASY, 1992). Nestas comprovações históricas, e reconhecidas publicamente, estão Schneider (1998), Büttenbender, Rotta e Höfler (2010), Oliveira (2012), Schneider et al (2013), Büttenbender e Magri (2018) e Perius (2020). Mais detalhadamente, Perius (2020) faz o exame de várias obras que

relacionam o tema das reduções jesuítico-guaranis ao período histórico de 1610 a 1767. O autor avança, ainda, definindo o conjunto de 30 reduções cooperativas, que se classificam, segundo a ramificação atual, como agropecuárias, sendo a primeira agropecuária a Redução de São Nicolau, fundada em 1626.

A progressiva presença do cooperativismo moderno e sua expansão no mundo e nos territórios nacional e do Rio Grande do Sul se deram ao longo do século XX. O maior crescimento, expansão e empoderamento, enquanto sistema econômico e social, com a devida autonomia e independência, foi a partir da década de 1990, avançando nos seus vários ramos, em especial, crescendo para as áreas urbanas, em que até então a área agrícola era determinante. Também nesse período foram se constituindo as cooperativas vinculadas diretamente à economia solidária e à agricultura familiar. Este sistema, articula-se progressivamente em entidades de organização e representação estadual e nacional, concomitantemente ao exclusivo sistema oficial anterior, representado pela OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras.

2.2 EXPRESSÕES QUANTITATIVAS DO COOPERATIVISMO

O cooperativismo é articulado, em nível mundial, pela Aliança Cooperativa Internacional - ACI (ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL, 2018). Criada em 1895, a ACI representa o cooperativismo presente em 156 países, com 2,9 milhões de cooperativas, 1,2 bilhão de associados e 27,2 milhões de empregos. As 300 maiores organizações cooperativas do mundo operam em diferentes setores, tais como: seguros (32%), agricultura (35%), atacado e varejo (19%), crédito (8%), indústria e serviços públicos (2%), saúde, educação e assistência social (2%) e outros serviços (2%), somando um faturamento anual superior a 2,1 trilhões de dólares. No âmbito mundial, são mais de 1,2 milhão de cooperativas do ramo agropecuário, sendo que as cooperativas de consumo, atacado e varejo possuem 421 mil escritórios e pontos de venda, e as cooperativas de trabalho geram oportunidade para mais de 11,1 milhões de cooperados.

Já na América Latina, o cooperativismo também possui intensa e crescente participação e representação social e econômica. O Observatorio Iberoamericano del Empleo y la Economía Social y Cooperativa – OIBESCOOP oferece uma visão geral do cooperativismo e da economia social na América Latina, abordando aspectos da legislação da economia social, políticas públicas de emprego e empreendedorismo, organizações de integração e representação, estudos e pesquisas, e boas práticas cooperativas (ALVAREZ et al., 2018).

No âmbito brasileiro, ao mapear as estatísticas institucionais vinculadas ao sistema OCB e agregar também dados do cooperativismo da economia e interação solidária, é confirmada a importante e qualificada participação do cooperativismo no desenvolvimento econômico, social e de inclusão social. Com suas origens e maior participação nas regiões sul e sudeste brasileiro, o cooperativismo tem significativa atuação. Em 2018 foram mais de 6,8 mil cooperativas, 14,2 milhões de associados e 398 mil empregos (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, 2019a). Em termos de comércio exterior, são mais de 125 cooperativas, de ramos variados, que possuem ativa e contínua atuação na exportação e/ou importação, não sendo considerados os volumes de operações em

comércio exterior. E em termos de Estados, o Rio Grande do Sul possui o maior número de cooperativas com operações internacionais, seguido do Paraná com 20, São Paulo com 16, Minas Gerais com 16 e Santa Catarina com 14. Em 2010, eram cerca de 6.652 cooperativas e em 2018 foram 6.828 entidades no país que geraram, juntas, mais de R\$ 260 bilhões.

No Rio Grande do Sul, de acordo com o Sistema Ocergs-Sescoop/RS (2019), no ano de 2018, o cooperativismo possuía mais de 2,9 milhões de associados, mais de 450 cooperativas e mais de 64 mil empregados, sendo que aumentaram em mais de 12% os ingressos (faturamento), 18% as sobras, 12% o patrimônio líquido e 7% os ativos.

Estes dados devem ser compreendidos no âmbito dos demais sistemas cooperativos, vinculados a economia solidária. As cooperativas dos ramos agrícola, crédito, habitação, trabalho, consumo e outros, somam mais de 1,5 milhão de brasileiros cooperados. São mais de 400 cooperativas, de pequeno porte em sua maioria (UNIÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2018). O Cooperativismo de Crédito de Interação Solidária, composto pela Sistema Cresol e nacionalmente representado pela Confederação Cresol, se constitui no maior sistema de cooperativas de crédito rural solidário do Brasil. Iniciado no ano de 1995, o Sistema Cresol se desafiou a ser e fazer a diferença, sendo reconhecido como referência nacional e internacional em crédito solidário, enquanto a maior cooperativa do segmento do Brasil, com mais de 200 mil famílias cooperadas em dez Estados brasileiros (CRESOL, 2019).

As cooperativas da economia solidária, formadas a partir da liberdade constitucional de 1988, expressadas pela autonomia de constituição e funcionamento, passaram a constituir um sistema próprio, formado por cooperativas singulares, centrais, federações e confederações. Entre as principais organizações de representação nacional, estão a UNICAFES e a Confederação das Cooperativas de Crédito de Interação Solidária - Confederação Cresol.

2.3 PRIORIDADES DO COOPERATIVISMO EM SUAS DIFERENTES EXPRESSÕES DE ORGANIZAÇÃO

O conjunto de prioridades que vem sendo definidas e assumidas pelo cooperativismo, tanto na esfera nacional quanto internacional, convergem com temas vinculados à garantia dos princípios cooperativos, à gestão e governança, à sustentabilidade do planeta e às definições dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

A Aliança Cooperativa Internacional – ACI Américas, no V Cumbre Cooperativa das Américas, realizado em 2018, Buenos Aires, Argentina, definiu em sua declaração as prioridades orientadas pelos desafios globais do cooperativismo (ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL-AMÉRICAS, 2018). Neste documento, minuciosamente detalhado, são destacados:

1. Compromisso cooperativo para a defesa do planeta: que multiplica e adiciona inteligência global a todas as iniciativas desenvolvidas de uma economia social e solidária para a construção de novas formas de produzir e consumir, para fins de garantir a sustentabilidade ambiental, social e econômica;

2. Compromisso cooperativo para inclusão e democratização financeira: para que a poupança local se traduza em desenvolvimento local sustentável, visando definir uma nova arquitetura financeira global que preserve as autonomias nacionais e democratize a governança e o sistema financeiro internacional;

3. Compromisso de integração e intercooperação cooperativa para contribuir com a Aliança Mundial pelo Desenvolvimento Sustentável (ODS nº 17): onde o movimento cooperativo em conjunto com os demais atores da economia social e solidária seja capaz de traduzir a cooperação internacional em projetos produtivos de desenvolvimento sustentável que tornem possível o cumprimento da Agenda 2030.

A ótica da cooperação internacional do cooperativismo, contando inclusive com a cooperação técnica do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA (2019), também delimita suas prioridades, entre elas: desenvolver ações conjuntas em áreas como o desenvolvimento produtivo baseado em cadeias de bioeconomia; formulação de políticas e programas de desenvolvimento territorial e agricultura familiar; promoção do comércio agroalimentar; mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e ações ligadas ao gênero e a juventude. Estas definições convergem com as definições dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável de nº 10, de reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; de nº 12, de assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis, e de nº 17, de fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

O XIV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em Brasília/DF, de 08 a 10 de maio do ano de 2019, definiu seis agrupamentos de prioridades estratégicas para sistema cooperativo brasileiro, representado pela OCB (2019b). Neste documento, foram definidas as seguintes prioridades e respectivas diretrizes estratégicas:

1. Comunicação: Ampliar o alcance de programas que trabalham conceitos de cooperativismo e cooperação nas escolas, como o Cooperjovem e cooperativas mirins; criar uma campanha nacional de comunicação para estimular o papel das cooperativas escolares (mirins ou de alunos) na promoção do cooperativismo; e divulgar o cooperativismo brasileiro e seus benefícios por meio de estratégias e ferramentas de comunicação, como mídia convencional, plataformas digitais, entre outras.

2. Governança e gestão: Adotar sistema de qualificação em gestão a distância ou semipresencial para todos os gestores de cooperativas, em parceria com instituições de ensino reconhecidas e qualificadas; definir grade curricular mínima de capacitação para certificação de conselheiros, bem como, definir ferramentas para avaliação de sua performance; estabelecer em estatuto social, a capacitação obrigatória dos candidatos a conselheiros e dirigentes; identificar e promover boas práticas de governança e gestão em cooperativas de todos os setores e portes; implementar mecanismos de governança cooperativa para relacionamento com os cooperados, como a Organização do Quadro Social, a educação cooperativista e a fidelização; incentivar a capacitação de jovens sucessores para propiciar que estejam aptos a ocuparem cargos eletivos nas suas cooperativas; e promover a importância do processo de sucessão nas cooperativas.

3. Inovação: Criar um canal de *e-commerce* para compras entre as cooperativas; desenvolver programas de capacitação em inovação para conselheiros, dirigentes e colaboradores do Sistema OCB e das cooperativas; incentivar *startups* e aceleradoras a desenvolver soluções para o cooperativismo; e promover a intercooperação para o compartilhamento e acesso a novas tecnologias.

4. Intercooperação: Atuar sobre a legislação para facilitar a intercooperação viabilizando o ato cooperativo; criar mecanismos de comunicação para facilitar a troca de informações entre cooperativas do mesmo ramo e ramos diferentes; elaborar programa de intercâmbio de conhecimentos e boas práticas entre cooperativas; instaurar fórum permanente de intercooperação no Sistema OCB; e promover negócios entre as cooperativas, por meio de feiras, eventos e plataformas digitais.

5. Mercado: Adequar, aprimorar ou criar linhas de crédito adequadas para todos os segmentos do cooperativismo, sem interromper as atuais políticas de fomento ao modelo de negócio cooperativista; criar e regulamentar instrumentos de capitalização e captação de investimentos pelas cooperativas, analisadas por ramo; fomentar a inserção de cooperativas no *e-commerce*; obter o reconhecimento dos órgãos que contratam, bem como daqueles que fiscalizam os processos licitatórios, da possibilidade de participação de cooperativas em contratações públicas de bens e serviços, conforme previsto na legislação vigente (Lei 8.666/1993 e Lei 12.690/2012); e realizar parcerias entre cooperativas ou com terceiros para investimentos em logística, transporte, produção de insumos, terminais de distribuição de produtos e exportação.

6. Representação: Ampliar a participação do cooperativismo em conselhos nacionais, estaduais e municipais de interesse; ampliar os canais de comunicação entre o Sistema OCB e as lideranças cooperativas; criar selo de qualidade para as cooperativas brasileiras; atuar junto ao Executivo para inserir na educação brasileira temas de cooperativismo e empreendedorismo coletivo; regulamentar o art. 79, da Lei 5.764/1971, inserindo imunidade tributária às cooperativas com base nas instituições sem fins lucrativos; tornar o SESCOOP centro de referência do cooperativismo, defender seus recursos e combater as iniciativas do governo e do Legislativo de estatização ou realocação dos recursos; entre outros.

No âmbito do sistema cooperativo de economia solidária e agricultura familiar, agregam-se prioridades para o cooperativismo brasileiro, fundamentadas pelos seus mecanismos de representação. Para a UNICAFES (2018), as prioridades para o sistema são assim relacionadas e discriminadas:

1. Novos cenários: Leitura dos novos cenários econômicos, políticos e institucionais brasileiros, marcados pela instabilidade e crise política, econômica, moral e ética. Estes, combinados com cenários externos e, no conjunto, a análise de influências, oportunidades, ameaças e desafios, construindo perspectivas de futuro para as políticas e organizações da economia solidária e agricultura familiar. Garantir, ainda, políticas públicas para economia solidária no Brasil voltadas para a autogestão na reprodução das relações sociais de produção.

2. Estratégias de representação: Delimitar e construir um modelo ideal para a representação do cooperativismo, considerando desafios da intercooperação, fusões, tamanho de cooperativas, garantindo ao associado ser sujeito ativo de

participação e pertencimento, viabilizando a sustentabilidade econômica e social de longo prazo.

3. Interação social e capacitação de quadros: Aprimorar os mecanismos de interação social com os sócios, as demais organizações sociais e a sociedade, combinando com a capacitação e qualificação de dirigentes, lideranças e associados, em especial, sobre gestão de organizações, governança, transparência e sustentabilidade.

4. Intercooperação e verticalização: Intensificar as políticas, programas e ações de intercooperação, gerando condições para a verticalização, integração e uniformização de estruturas técnicas e de apoio, qualificando estas soluções e aproveitando-as de forma conjunta, destacando tecnologias, metodologias de gestão, contabilidade, controle, suporte jurídico e auditoria, gerando mais performance e segurança ao sistema cooperativo.

5. Marco legal e regulatório do cooperativismo: Buscar a revisão do marco legal, fortalecendo a segurança do marco jurídico do cooperativismo, do Ato Cooperativo, valorizando e reconhecendo a importância das organizações da economia solidária para o desenvolvimento social e econômico do país.

6. Novos mercados: Construir maior intercooperação intra sistema, viabilizando maior agro industrialização, buscando alianças de cooperação com outras organizações da economia solidária nacionais e internacionais, visando o mercado justo, aproximando e integrando produtores, processadores e consumidores de alimentos, organizações de defesa a vida e geradoras de inclusão.

7. Inovações e comercialização: Promover processos contínuos de inovação no sistema cooperativo, desenvolvidos à luz das novas tecnologias de comunicação e relacionamento das pessoas e mercados, negócios que ampliem a participação da economia solidária na dinâmica de geração de oportunidades de trabalho e renda, produção, consumo e outras políticas sociais.

8. Desenvolvimento: Buscar a valorização e reconhecimento das economias solidárias, e suas organizações coletivas, gerando maiores impactos e aportes ao desenvolvimento social e econômico a sociedade, por meio do cooperativismo.

As prioridades do Plano Nacional de Economia Solidária (CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015) são articuladas em quatro: 1) produção, comercialização e consumo; 2) financiamento: crédito e finanças solidárias; 3) educação e autogestão; e 4) ambiente institucional. Este conjunto é articulado de forma convergente pela visão que define: a economia solidária reconhecida social e politicamente como parte de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, solidário e democrático, incluída num ambiente institucional adequado a legalização, financiamento, participação nos mercados e ao acesso as políticas públicas, possibilitando a efetiva promoção da organização coletiva autogestionária de trabalhadores e trabalhadoras, sua proteção social e a melhoria de sua qualidade de vida.

Na dimensão estadual, no Rio Grande do Sul, o 18º Seminário Gaúcho de Cooperativismo, realizado de 08 a 09 de novembro de 2018, em Bento Gonçalves/RS, foi orientado pelo tema inovação e sustentabilidade. A partir deste evento, foram elencadas prioridades em torno de cinco eixos (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL-SERVIÇO

NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO/RS, 2018), conforme segue:

1. Sustentabilidade: A reflexão sobre o atual comportamento das cooperativas em relação as ações voltadas a sustentabilidade. Características do cooperativismo que favorecem a sustentabilidade, oportunidades de ação, pontos de atenção. A proposição de projetos de sustentabilidade a serem conduzidos de forma conjunta ou individual pelas cooperativas participantes;

2. Energias renováveis: A reflexão sobre o atual comportamento das cooperativas em relação as ações voltadas a energias renováveis. Características do cooperativismo que favorecem a implementação de ações para apoio, desenvolvimento ou uso de energias renováveis, oportunidades de ação, pontos de atenção.

3. Logística e rastreabilidade: Reflexão sobre o atual comportamento das cooperativas em relação as ações voltadas à logística e rastreabilidade. Oportunidades de ação e pontos de atenção.

4. Tecnologia na produção agropecuária: O atual comportamento das cooperativas em relação as tecnologias disponíveis para produção agropecuária. Oportunidades de uso e desenvolvimento de tecnologias, necessidades e pontos de atenção. A proposição de projetos que envolvam ações para inserção de tecnologias na produção agropecuária com possibilidade de realização de forma conjunta ou individual pelas cooperativas participantes.

5. Interação cooperativas e *startups*: O atual comportamento das cooperativas em relação às *startups* como potenciais parceiras no desenvolvimento de negócios. Oportunidades de parcerias para uso de soluções e desenvolvimento conjunto de soluções tecnológicas, levantamento de necessidades e pontos de atenção.

Estes temas articuladores foram convergentes com as definições para os próximos passos do cooperativismo gaúcho: despertar mais cooperativas para a necessidade de se antecipar às transformações de mercado e de inovação; promover um ambiente favorável para o intercâmbio de experiências e do conhecimento; promover o debate aberto sobre o contexto, tendências e oportunidades para um cooperativismo mais competitivo e sustentável; e obter insumos relevantes para subsidiar o planejamento estratégico de 2021.

Uma incursão histórica, com resgate de aportes gerados anteriormente sobre prioridades do cooperativismo, com vistas a maior integração e desenvolvimento, revela, no âmbito da pesquisa e do cooperativismo, a publicação de Büttenbender (1994) de que já na época eram cunhados elementos que continuam presentes no rol de prioridades do cooperativismo, no âmbito do Noroeste do Rio Grande do Sul. Destas prioridades, destacam-se há quase três décadas:

1. Promover ações que visem o trabalho integrado das cooperativas, acompanhado da descentralização política, mediante a organização dos associados nos níveis municipais e aproveitando a estrutura de organização das próprias associações de produtores.

2. Promover ações que visem a ação conjunta das cooperativas na organização econômica, buscando a escala e o poder de barganha, por meio da formação de central regional de cooperativas.

3. Buscar o trabalho mais integrado das cooperativas e associações, com vistas a estruturação de um planejamento da produção regional e com relações estáveis de produção, industrialização e comercialização.

4. Viabilizar a modernização empresarial das cooperativas e associações, com a adoção de modernos métodos de gestão, com vistas a gerir com eficiência e eficácia os escassos recursos dos produtores associados.

5. Estudar e viabilizar formas de ações integradas, a partir de cooperativas, dos associados e também dos funcionários, dentro da mesma organização, acompanhadas de um amplo programa de formação profissional para os produtores associados, dirigentes e funcionários.

6. Fomentar as práticas de defesa concreta dos interesses dos agricultores, com o objetivo de capitalizar e fortalecer economicamente os associados e as cooperativas.

7. Gestionar políticas que viabilizem o fortalecimento e a ação integrada da produção, do crédito, da agroindustrialização da produção, com relações estáveis com o cooperativismo de consumo.

8. Intensificar o trabalho de conscientização sobre a importância e o potencial do cooperativismo e do associativismo, entre todos os níveis da sociedade.

Um olhar no conjunto de prioridades definidas pelo cooperativismo, em suas diferentes formas de organização e representação, e épocas, aduz para um entendimento mais amplo dos desafios do próprio cooperativismo. É crível e notável o papel crescente do cooperativismo como agente de desenvolvimento econômico e social. A convergência de prioridades, apesar de especificidades de diferentes sistemas, destacando ACI, OCB-SESCOOP, Ocergs-Sescoop/RS, Unicafes, Unisol, Confederação Cresol e outros organismos de representação, indicam perspectivas para consolidar, qualificar e gerar sustentabilidade ao cooperativismo e aportes positivos para o desenvolvimento de seus membros e da sociedade.

2.4 PROPOSIÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O FORTALECIMENTO DE PRIORIDADES DO COOPERATIVISMO EM SUAS DIFERENTES EXPRESSÕES DE ORGANIZAÇÃO

A partir do mapeamento das prioridades do cooperativismo, mediante seus órgãos de apresentação e seus instrumentos de gestão e publicação, e dos fundamentos conceituais e teóricos referenciados e gerados no âmbito do projeto de pesquisa, que estuda as organizações cooperativas, direcionados ao fortalecimento, sustentabilidade e inovação do cooperativismo e suas contribuições para o desenvolvimento; são produzidos elementos de análise que possibilitam formular e propor um conjunto de prioridades estratégicas para o cooperativismo. Estas proposições visam contribuir com o desenvolvimento do cooperativismo e sua sustentabilidade futura, ampliando seus aportes aos processos de desenvolvimento humano e territorial, sendo produzidas e relacionadas as seguintes proposições:

a) Promover a modernização e inovação contínua do sistema cooperativo, desenvolvendo e incorporando novas práticas de gestão, de governança cooperativa e corporativa, visando a autogestão e o autocontrole, fortalecendo a transparência e sustentabilidade futura.

b) Planejamento e gestão estratégica no sistema cooperativo, contemplando cooperativas singulares, centrais, federações e demais mecanismos de representação, delimitando novo posicionamento e articulação estratégica do cooperativismo frente aos desafios, mudanças e inovações na sociedade, no Brasil e no mundo.

c) Ampliar e fortalecer estratégias e práticas de participação dos associados nas cooperativas, contemplando mulheres e jovens, promovendo sistemas sucessórios com segurança e transparência.

d) Promover a educação cooperativa por meio de crescentes investimentos na capacitação e qualificação de seus quadros diretivos, associados, colaboradores e demais parceiros de negócios cooperativos.

e) Promover a crescente intercooperação (horizontal, vertical e transversal), fortalecendo práticas já existentes, ampliando nos demais segmentos, como agropecuário e outros.

f) Promover, por meio da intercooperação, a agregação de valor e verticalização na cadeia produtiva (agroindustrialização), aproximando mercados produtores com consumidores, integrados com demais segmentos.

g) A partir da intercooperação, promover alianças estratégicas nacionais e internacionais, acompanhadas estrategicamente de fusões e incorporações cooperativas, visando qualificar, racionalizar e otimizar estruturas tecnológicas de apoio.

h) Estímulo ao empreendedorismo cooperativo com investimentos em inovação cooperativa, tanto em suas novas relações produtivas e de mercados, quanto na arquitetura organizacional.

i) Empoderamento e maior integração nas estruturas de organização e representação dos sistemas cooperativos, visando potencializar a defesa dos interesses e peculiaridades do cooperativismo, destacando atualizações no marco legal e regulatório, proposições para as políticas públicas de desenvolvimento, qualidade de vida, alimentos saudáveis e a sustentabilidade da vida, alinhados aos ODS.

j) Ampliar as estratégias de inserção cooperativa na sociedade, de responsabilidade social e interesse pela comunidade, potencializando a penetração do cooperativismo em novos segmentos e ampliando a sua participação nacional e internacional.

Estas proposições, formuladas e propostas, resultam da análise e combinação atual e recente do cooperativismo. A combinação destas prioridades estratégicas, com a contínua revisão e atualização, lideradas por gestores qualificados e capacitados, sustentados por políticas de organizações e de governança, e com a participação de quadros associativos, diretivos e contratados capacitados e convergentes, produzirão um ambiente favorável a transparência e a governança cooperativa e corporativa, que estarão agregando fatores decisivos para o fortalecimento do cooperativismo e sua sustentabilidade futura.

Para a efetividade e concretude da implementação destas prioridades, destaca-se a importância de entender as diversas relações envolvidas, conforme afirmam Büttenbender e Sausen (2020), por meio do constructo de governança inovadora para o desenvolvimento territorial, em especial, o avanço de

Büttenbender et al. (2020) com a proposição do constructo para a governança cooperativa para o desenvolvimento territorial sustentável.

Requer entender e reconhecer o cooperativismo como um sistema inserido na sociedade e, como tal, também é impactado positiva e/ou negativamente pelas demais relações sociais, econômicas, políticas, tecnológicas e de governança cooperativa da própria sociedade. O cooperativismo visto como um sistema sujeito, alicerçado nas pessoas, protagonista, aberto, democrático e participativo, promotor do desenvolvimento e a gerador da inclusão; também é reconhecido como ente impactado por todas das transformações e dinâmicas da sociedade. Com esta visão, o cooperativismo está e estará atuando de maneira convergente, com sua missão de contribuir com o desenvolvimento territorial e sustentável, abrangendo seus membros e toda a sociedade.

ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Os fundamentos do cooperativismo, da administração, da governança cooperativa e do desenvolvimento passam por entender as ciências, a sociedade e os seus fenômenos e processos de mudanças. Portanto, no âmbito da pesquisa, explorar estes temas, combinados com a incursão participante no próprio sistema empírico do cooperativismo, oportuniza diagnosticar, entender, analisar e sistematizar contribuições e proposições consideradas fundamentais para o fortalecimento, ampliação e sustentabilidade futura do cooperativismo e os seus fins.

Os objetivos propostos em singular para este artigo, e os do projeto de pesquisa para esta etapa, foram atingidos. O diagnóstico, mapeamento, sistematização e análise dos dados, geraram o aprimoramento de conhecimentos e a capacidade da pesquisa de contribuir com o desenvolvimento das ciências, pela popularização de resultados de ciência e tecnologia e integração com o ensino e a extensão, promovendo o aprimoramento contínuo da sociedade. A sistematização e publicação destes resultados, em especial no âmbito do cooperativismo, poderão contribuir com o aprimoramento contínuo, a inovação e a qualificação das práticas do cooperativismo, do seu fortalecimento, e agregação de valor aos seus membros e à sociedade.

Os intensos investimentos que vêm sendo realizados pelo cooperativismo na educação cooperativa e a capacitação de quadros de gestão, destacando inclusive as parcerias com as Universidades, convergem com as perspectivas positivas de fortalecimento do cooperativismo. Isto se confirma nos laços de cooperação do sistema cooperativo com a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí, no âmbito do ensino, graduação e pós-graduação, na pesquisa e na extensão. Os processos de educação cooperativa, de gestão e governança abrangendo os quadros diretivos, associativos e funcionais, a crescente participação de mulheres e de jovens nas organizações cooperativas, inclusive em quadros de liderança, resultam no rejuvenescimento do sistema, expresso tanto pela agregação de novas lideranças quanto pela qualificação e capacitação de lideranças atuais.

Portanto, a partir destas problematizações, geram-se novas questões de estudo a serem exploradas na continuação deste projeto e articuladas com outros

projetos e estudos de graduação e pós-graduação. Como se darão os mecanismos de acompanhamento e os indicadores de desempenho resultantes da implementação deste conjunto de prioridades? A efetividade passa pela incorporação de indicadores e implementação de resultados gerados para cada uma das prioridades elencadas, conforme segue: ampliação e empoderamento das cooperativas nas regiões, estados e países; investimentos na qualificação dos seus quadros diretivo, associativo e funcional, modernizando seus mecanismos de gestão e governança, garantindo transparência e sustentabilidade ao sistema; intercooperação (intra e inter sistemas), ampliando sua atuação e capacidade de investimento em novas áreas, promovendo a inovação; integração na cadeia produtiva, aproximando produtores de alimentos com consumidores de alimentos mais saudáveis; promoção da inovação em processos, produtos e sistemas; renovação do marco legal do cooperativismo e suas interfaces com o mercado; expansão de alianças internacionais, ampliando seus níveis de autonomia frente as instabilidades internas; e aprimoramento e ampliação dos mecanismos de integração e de comunicação intra-sistema e com os territórios, países e comunidades onde estão inseridos.

Com esta combinação de fatores e a sua própria natureza enquanto organizações constituídas por pessoas, as cooperativas assumem uma dinâmica de crescimento e de fortalecimento em processos de desenvolvimento harmônico e mais equilibrados da sociedade. E em ambientes de crise, fazendo das cooperativas uma de suas oportunidades, estas confirmam sua missão maior de promover o desenvolvimento sustentável dos seus membros e da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL – AMÉRICAS. **Declaración final V Cumbre Cooperativa de las Américas: el cooperativismo en la hora de los desafíos globales**. Buenos Aires, 2018. Disponível em: <http://www.aciamericas.coop/IMG/pdf/declaracionvcumbre.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. **Aliança Cooperativa Internacional**. 2018. Disponível em: <https://monitor.coop/en>. Acesso em: 01 mai. 2019.

ALVAREZ, J. F. et al. **Anuario iberoamericano de la economía social**. n. 3 CIRIEC-España, Centro Internacional de Investigación e Información sobre la Economía Pública, Social y Cooperativa, Valência, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 1988. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em: 01 mai. 2019.

BÜTTENBENDER, P. L. Integração do associativismo. **Cadernos Cedope Unisinos**. Ano 6, n. 12. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

BÜTTENBENDER, P. L. **Cooperativismo na Região Nordeste do Rio Grande do Sul: experiências de gestão cooperativa e de promoção do desenvolvimento**. Porto Alegre: SESCOOP/, 2010a.

BÜTTENBENDER, P. L. **Arranjos institucionais, cooperação e desenvolvimento: redes econômicas, tecnológicas e sociais, sementes do desenvolvimento e agregação de valor**. Ijuí: Unijuí, 2010b.

BÜTTENBENDER, P. L. **Gestão de cooperativas: fundamentos, estudos e práticas**. Ijuí: Unijuí, 2011.

BÜTTENBENDER, P. L. Governança. In: **Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos**. Porto Alegre: Conceito, 2017.

BÜTTENBENDER, P. L.; MAGRI, C. A. **Fundamentos do cooperativismo: evolução, histórico e perspectivas**. Francisco Beltrão: Grafisul, 2018.

BÜTTENBENDER, P.L.; ROTTA, E.; HOFER, C.E. O cooperativismo inserido na evolução e no desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste. In: **Cooperativismo na Região Nordeste do Rio Grande do Sul: experiências de gestão cooperativa e de promoção do desenvolvimento**. Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2010.

BÜTTENBENDER, P. L.; SAUSEN, J. O. Innovative development management practices in a border region: a construct proposal of innovative governance and territorial development. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, p. 446-458, 2020.

BÜTTENBENDER, P. L. et al. As organizações cooperativas e diferentes aportes ao desenvolvimento regional e territorial. Regiões com ativa atuação de cooperativas são territórios mais desenvolvidos In: ENCUESTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGADORES, 3, 2017, Encarnación. **Anais [...]**. Encarnación: Universidad Autónoma de Encarnación, 2017.

BÜTTENBENDER, P. L. et al. Estruturas de governança corporativa em cooperativas e repercussões no âmbito territorial: o caso de uma cooperativa de crédito. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 8, 2017, Santa Cruz do Sul. **Anais [...]**. UNISC: Santa Cruz do Sul, 2017a.

BÜTTENBENDER, P. L. et al. Alianças estratégicas e práticas cooperativas que promovam a inclusão e o desenvolvimento territorial: Proposta de um constructo

de governança cooperativa e territorial. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 3, Ed. Especial, p. 1676-1697, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019)**. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf. Acesso em: 22 dez. 2018.

CRESOL. **O maior sistema de cooperativas de crédito rural solidário do Brasil**. Disponível em: <https://www.cresol.com.br/site/conheca-a-cresol/>. Acesso em: 01 mai. 2019.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. **Cooperação técnica é chave para o desenvolvimento sustentável do cooperativismo das Américas**. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Disponível em: <http://www.iica.int/es>. Acesso em: 01 mai. 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MASY, R.C. de. **Estrategia de desarrollo rural en los pueblos guaraníes (1609-1767)**. Barcelona: Instituto de Cooperación Iberoamericana E. A. Bosch, 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro**. Organização das Cooperativas Brasileiras. Brasília, 2019a.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Diretrizes do XIV Congresso Brasileiro de Cooperativismo**, Diretrizes do XIV Congresso Brasileiro de Cooperativismo. Brasília, 2019b.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL-SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO/RS. **Relatório do 18º Seminário Gaúcho de Cooperativismo**. Bento Gonçalves: SESCOOP, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL-SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO/RS. **Expressão do Cooperativismo Gaúcho**. Porto Alegre: SESCOOP, 2019.

OLIVEIRA, J. R. Experiências utópicas no território fronteiriço do Mercosul e as alternativas de Sustentabilidade e desenvolvimento para o terceiro milênio. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 10, n. 20, p. 28-51, mai./ago. 2012.

PERIUS, V. F. **A Origem do Cooperativismo**. Porto Alegre. Sescop/RS. 2020.

SCHMIDT, D.; PERIUS, V. Cooperativismo e Cooperativa. In: CATTANI, Antonio David *et al.* **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 63-71.

SCHNEIDER, J. O. **As origens do cooperativismo moderno**. Compendio de Cooperativismo UNIMED. Porto Alegre: WS Editor, 1998.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

UNIÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Programa de Educação do Cooperativismo Solidário** (PECSOL). Modelo de Gestão do cooperativismo solidário – Participação e controle social. Sescop/Unicafes, Brasília/DF, 2018.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.